Repensando o crescimento do turismo no Nordeste a partir da intervenção do Estado*

Keila Brandão Cavalcanti**
Maria das Graças de Menezes Venâncio Paiva***

Sumário: 1. Considerações preliminares; 2. A quem tem beneficiado o crescimento do turismo no Nordeste ou como entender o momento atual; 3. O Haiti é aqui — o Haiti não é aqui; 4. A política urbana e a expansão do turismo pós-II PND; 5. Conclusão.

Palavras-chave: turismo; Nordeste; intervenção do Estado; planos urbano-turísticos; globalização.

O crescimento do turismo no Nordeste. Intervenção do Estado no espaço urbano e no turismo. Planos urbano-turísticos. Denúncia dos efeitos perversos do turismo.

A rethinking of tourism growth in the Northeast

The article intends to position tourism growth in the Northeast starting from an analysis of State intervention both in urban spaces and tourism, in face of the nature of public policies for the sector, denominated urban-touristic plans. A correlation is established with life conditions in the region and a context is drawn, defining the actual moment at which tourism has its insertion into the logic of the third phase of capitalistic expansion that social scientists identify as globalization.

The article ends by exposing the perserve effects of tourism, with an emphasis on child and juvenile prostitution, thus giving priority to an ethical positioning in whatever policy may be formulated and implemented for the sector.

1. Considerações preliminares

A proposta deste trabalho é situar o crescimento do turismo no Nordeste a partir da análise da intervenção do Estado no espaço urbano e no turismo, haja vista a natureza das políticas públicas adotadas por vários estados nordestinos, como situações representativas do caráter dessa interdependência em sociedades capitalistas subdesenvolvidas. Procuraremos:

a) desvendar o sentido dos "novos" programas relativos ao turismo, contrapondo as condições de vida da maior parcela da população da região;

b) situar o turismo em relação à etapa emergente do capitalismo orientado pela lógica da mundialização ou globalização; e,

* Artigo recebido em jan. e aceito em jul. 1994.

** Mestre em administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte — Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA-RN). Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. (Endereço: Rua Juvenal Lamartine, 669 — Tirol — Natal — RN.)

*** Mestre em administração pública pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getulio Vargas. Professora do Departamento de Ciências Administrativas da UFRN. (Endereço: Rua Dom Joaquim de Almeida, 2076 — bloco A/603 — Morro Branco — Natal — RN.)

c) mostrar o inter-relacionamento entre urbano e turismo — que ocorre não só por causa dos impactos do fluxo de turistas sobre o espaço urbano, mas também pelo fato de o turismo requerer equipamentos de consumo coletivo e de lazer turístico que transformam o meio físico — e analisar algumas das ações do Estado materializadas em políticas públicas, conciliando turismo e urbano na região Nordeste.

A intervenção do Estado no turismo e no urbano no Brasil, particularmente no Nordeste, assim como em outros países de capitalismo não desenvolvido, não expressa uma preocupação com a reprodução da força de trabalho, contrariamente ao que ocorre em países de capitalismo avançado, mas atende à regeneração ampliada do capital.

O presente artigo deriva da dissertação *Estado e política de turismo: o caso da Via Costeira da cidade de Natal*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)[1] e da pesquisa *Análise da gestão administrativa e tecnológica de planos urbano-turísticos no Rio Grande do Norte: o caso da Via Costeira/Parque das Dunas*, que contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)[2] e de reflexões atuais e estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa em Turismo do PPGA.[3]

2. A quem tem beneficiado o crescimento do turismo no Nordeste ou como entender o momento atual

O momento é oportuno para uma reflexão crítica sobre turismo, já que, nos anos 90, o tema veio à tona no discurso e nas ações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atrelado à estratégia de desenvolvimento auto-sustentável para o Nordeste e como panacéia para os males econômicos e sociais da região. As perspectivas de financiamento, investimentos externos e internos e novos negócios vêm aglutinando agências governamentais regionais, governos estaduais e empresários do setor.

Sem pretendermos, neste artigo, entrar na polêmica sobre desenvolvimento auto-sustentável, terreno ambíguo, recomendamos a leitura dos trabalhos de Carvalho (1991: 4-11) e de Baroni (1992: 14-24), por considerá-los mais lúcidos sobre a questão ecológica e o seu necessário esclarecimento a partir da interpretação do desenvolvimento *versus* sociedade civil e cidadania. Por sua vez, alertamos para a pertinência de avaliar esse programa do BID, na sua fase de implementação, já que sua formulação parece não ter envolvido todos os atores que, de uma forma ou de outra, serão afetados pelo programa na região, sobretudo a sua população nativa.

Em trabalhos anteriormente concluídos, temos defendido o turismo como uma tecnologia mais apropriada para o Nordeste, na medida em que representa: "a) baixo custo de capital por unidade produzida, uma vez que não implica máquinas e equipamentos de alto custo para entrar em operação, diferentemente da indústria; b) o período de maturação dos investimentos é mais rápido em comparação com outras atividades econômicas, visto que o empreendimento já funciona com a conclusão da estrutura física e os recursos

---

[1] De autoria de Keila Brandão Cavalcanti.

[2] Coordenado por Maria das Graças de M. Venâncio Paiva.

[3] Participam, no momento, do Núcleo de Pesquisa em Turismo: Maria das Graças de M. V. Paiva, Keila B. Cavalcanti, Paulo Ney da S. Bulhões, Catarina S. Souza e Maria Luíza Freire Medeiros.

treinados; c) utilizam-se recursos materiais, humanos e financeiros locais, entre outros" (Cavalcanti & Paiva, 1993: 14-7). Neste trabalho e em outros sempre analisamos o turismo associado à precariedade das condições de vida da maior parcela da população nordestina, sinalizamos que os empregos e a renda gerados pelo turismo não alteram o quadro social desalentador que os indicadores sociais apontam, e mostramos as possibilidades e os riscos que o turismo representa para a região. (Paiva, 1989: 64-70).

Ora, as possibilidades e os riscos já estão acontecendo de maneira bastante evidente (Paiva, 1989). O turismo tem reproduzido o contexto sócio-econômico nacional, a problemática conjuntural e os velhos problemas estruturais da região, revelando a sua face mais cruel na prostituição infanto-juvenil, na implantação de uma infra-estrutura turística caótica quando inexiste infra-estrutura urbana na maioria de suas cidades, no crescimento do setor informal, na prevalência de interesses imediatistas sem que haja uma política definida para o setor e também no acentuado caráter neocolonialista

A experiência tem demonstrado que a exploração do turismo, ao espelhar a correlação de forças econômicas, sociais, políticas e culturais do Nordeste, tem beneficiado alguns em detrimento de muitos.

A concepção de qualidade de vida para os países desenvolvidos que buscam lazer turístico é bem diversa da qualidade de vida almejada por parte significativa da população nordestina. Qualidade de vida, no caso, está na pendência de necessidades básicas ainda não satisfeitas. A proposta do BID poderá se limitar a transformar o litoral nordestino em espaço de lazer para os fluxos de turistas de países desenvolvidos e em cenário de negócios sem comprometimento com a reprodução da força de trabalho e com os excluídos do processo de crescimento econômico da região.

Recentemente o BID, com base em dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), divulgou indicadores bastante otimistas sobre o turismo mundial, quais sejam, as viagens internacionais geraram receita superior a US$2,5 trilhões em 1990, o turismo representa o maior empregador do mundo (cerca de um emprego para cada 15 trabalhadores) e possibilita a captação de investimentos etc. (BID, 1993).

Ora, as estatísticas da própria OMT, quando analisadas, permitem perceber que 80% da receita gerada pelo turismo internacional são apropriados pelos países desenvolvidos, ficando apenas 20% nos países não-desenvolvidos, e que 80% do turismo emissivo internacional são constituídos por cerca de 13 países, concentrando-se 50% desse fluxo na Alemanha (17,5%), nos Estados Unidos (11,9%), na França (9,9%) e no Reino Unido (9,4%). Se, para Rabahy (1990), tal concentração se deve às condições sócio-econômicas — nível e distribuição de renda, tamanho da população e condições de acesso e proximidade do mercado —, admitimos que o turismo, assim como outras atividades econômicas, não passa ao largo da divisão internacional do trabalho, sendo fortemente oligopolizado em nível internacional.

Aliás, muito recentemente principiamos a considerar os últimos livros de Otávio Ianni (1992, 1993) como marcos teóricos fundamentais para o entendimento do momento histórico que o turismo no Brasil e, especificamente, no Nordeste atravessa enquanto fenômeno que envolve multidimensões e complexidade.

Para Ianni, a sociedade mundial passa por um processo de globalização, o que implica mudanças na divisão internacional do trabalho, rearticula a África com a América Latina, coloca a dialética da história num novo ciclo e acentua os processos de concentração e centralização que invadem inclusive "formas de trabalho e vida, modos de ser e pensar, produções culturais e formas de imaginar" (1992: 53-68); enfim, está em curso um novo

ciclo de ocidentalização do capitalismo. Para ele, superadas as seguintes fases: a) capitalismo expansionista via descobrimentos iniciados no século XV até o presente e fins do século XX (primeira fase); e b) seguindo essa mesma dinâmica, o capitalismo recria as forças produtivas e as relações de produção nos países dependentes e associados, assim como nos países dominantes o capitalismo ingressa numa etapa de mundialização que se caracteriza pela simultânea concentração e centralização do capital com características muito especiais. Nesse contexto se insere o turismo. Aliás, Ianni considera o turismo como ingrediente do processo de globalização, na medida em que confere a impressão de que coisas, pessoas e idéias desenraízam-se periódica ou permanentemente (Ianni, 1992: 99). Admitimos que algumas das características que ele cita como próprias da nova etapa do capitalismo são facilmente detectadas nas atividades turísticas, quais sejam, a revolução da informática, a organização do sistema financeiro internacional, a dinâmica do mercado e da organização do processo de produção, a reprodução ampliada do capital, a universalização da língua inglesa, o ideário do neoliberalismo, enfim, a desterritorialização generalizada (Ianni, 1992: 58-61).

3. O Haiti é aqui — o Haiti não é aqui

Uma análise de dados censitários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos a 1990 (IBGE, 1990) revela as enormes desigualdades existentes entre as regiões do país, o posicionamento diferenciado das áreas urbana e rural e dos grupos sócio-econômicos, mostrando como se dá o acesso à alimentação e aos serviços de saúde e infra-estrutura básica, a preocupante situação da educação e, sobretudo, o desinteresse das forças políticas que sustentam o poder pelas mudanças estruturais que são urgentes no Brasil e o esvaziamento das políticas sociais. Por outro lado, essas forças continuam representativas dos anos de autoritarismo e não se mostram comprometidas com o processo de democratização, que passa em primeiro lugar por uma cidadania plena.

A miséria e a pobreza absoluta predominam no Nordeste, mas a situação não é nada animadora no que se refere ao Brasil.

Representantdo 20% do território nacional, o Nordeste possui 17,3 milhões de indigentes, cerca de 54,6% do total dos indigentes do país, ocorrendo a maior concentração na área rural, (58,69%) do total.

Em 1990, apenas 45,1% da população infanto-juvenil do Brasil moravam em domicílios com esgoto. Em relação ao Nordeste, apenas 19% moravam em domicílios com saneamento adequado, contrariamente ao Sudeste, que atingiu 67,6% naquele ano.

À medida que o rendimento médio familiar *per capita* diminui no Nordeste, a situação torna-se mais gritante. Entre famílias que percebem até meio salário mínimo, somente 19,8% têm esgotamento sanitário adequado, 28,4%, têm água adequada e 27,4%, lixo coletado.

Verificamos a precariedade dos indicadores referentes à saúde infantil quando comparamos o Nordeste com o Sudeste com base nos dados do IBGE relativos a imunização, pouco peso ao nascer, mortalidade infantil (103 por mil no Nordeste e 45,3 por mil no Sudeste), desnutrição crônica e aguda em crianças menores de cinco anos e esperança de vida ao nascer (51,67%). Isso não quer dizer que a situação das demais regiões atinja patamares razoáveis; no entanto, indica os fatores já mencionados, além do desemprego: o

flagelo das secas constantes que se abate sobre a região, a forma como vêm-se estruturando novas atividades econômicas, enquanto outras se desarticulam sob o comando de um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, acrescido da corrupção na máquina administrativa do Estado.

Em relação às crianças e aos adolescentes com idade escolar de 7 a 14 anos, enquanto o índice de escolarização era de 73,3% no Brasil, no Nordeste se situava em 89,2%. Na verdade o menor nível de repetência registrado na região, conforme o IBGE, evidencia que a evasão já acontece na pré-escola, daí o elevado grau de analfabetismo na região, ao contrário do Sudeste, onde a evasão foi registrada no 1º grau.

Se a década de 90 manifestou o resultado de anos seguidos de exclusão social, com a chocante revelação de que 32 milhões de brasileiros encontravam-se no patamar de indigência, o Nordeste mais uma vez apresentou a contribuição mais vergonhosa com a maior parcela dessa população.

Paralelamente, modificações muito intensas aconteceram na dinâmica da sociedade brasileira e nordestina; por exemplo, ampliação do número de famílias chefiadas por mulheres em decorrência do êxodo inter-regional ou intra-regional, o conseqüente desdobramento do seu trabalho, o enfrentamento de obstáculos adicionais relativos a remuneração, disponibilidade de tempo e discriminação devido ao *ethos* das organizações e da própria sociedade brasileira extremamente machista.

Outra influente repercussão tem sido a hegemonia dos meios de comunicação, ora esclarecendo, ora alienando, quase sempre tratando os problemas sociais sob a mesma ótica das décadas de 30 e 40 — "problema social é questão de polícia" ou, mais recentemente, de "segurança".[4]

4. A política urbana e a expansão do turismo pós-II PND

Com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Brasil formulou uma política explícita de desenvolvimento urbano em nível nacional. Um dos aspectos fundamentais do plano, e que se constitui num avanço, foi a setorialização e regionalização dos incentivos, pelo que isso poderia representar para as regiões incluídas como áreas de tensões e reconhecidas como "foco de pobreza absoluta".

Em relação ao desenvolvimento urbano o II PND preconizava:

— "institucionalização efetiva de nove regiões metropolitanas;

— contenção das grandes metrópoles do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro);

— ordenação do crescimento urbano, através da expansão ordenada das metrópoles regionais do Sul;

— dinamização da base econômica das metrópoles regionais do Nordeste;

---

[4] Ler e entender a letra da música de Caetano Veloso, cujo verso adotamos como título do item, para compreender esse processo lamentável que permeia também a exploração do turismo como produto e produtor de uma mesma lógica em capitais do Nordeste.

— estímulos e urbanização nas áreas de ocupação recente (Norte e Centro-Oeste);

— fortalecimento dos núcleos de médio porte (Brasileiro, 1981: 33).

Na verdade, esse foi o período em que o Estado passou a incluir na sua agenda, de forma ampla e sistemática, políticas para uma sociedade urbanizada, criando mecanismos, instrumentos e instituições que inspiram a política urbana e conseqüentemente a política de turismo em novo sentido. Eis algumas delas: a) desativação do Serviço Federal da Habitação e Urbanismo (Serfhau) e criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU); b) criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (FNDU), com recursos destinados à implantação de infra-estrutura urbana, especialmente em transportes; c) criação do Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset); d) criação do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor); e) elaboração da proposta de uma política nacional de turismo, cujo objetivo se voltava para atender às metas do II PND (Schmidt & Farret, 1988: 42-3, e Braga: 1988).

A partir desse momento o turismo passou a configurar definitivamente uma forma de política urbana, modificando inclusive o cenário urbano de algumas cidades brasileiras. Tal concepção, além de constar das estratégias regionais específicas para a política urbana estabelecida pelo II PND, se traduziu em uma política de ocupação do espaço da orla marítima através de grandes projetos urbanísticos de destinação turística.

Dessa natureza foi o Projeto Turis-Litoral Rio-Santos, em 1975, que se baseava em experiências realizadas no litoral francês (Côte d'Azur e Côte d'Aquitaine). Posteriormente, foram formulados e implementados outros projetos, entre os quais o Plano Diretor da Orla Marítima (Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Porto da Barra, Açu da Torre) e o Plano de Turismo do Recôncavo, ambos na Bahia.

Não obstante a política urbana brasileira com o II PND ter expressado uma concepção espacial mais ampla, sua execução foi atropelada pelas ações e decisões diretamente vinculadas ao sistema produtivo público e privado. Era evidente a fraqueza institucional do Estado para comandar novos ordenamentos jurídicos e econômicos com implicação espacial. Os investimentos, financiamentos e estímulos governamentais continuaram a favorecer a concentração nos grandes centros urbanos hegemônicos e, no tocante à renda, as classes sociais privilegiadas (Brasileiro, 1981: 34, e Schmidt & Farret, 1988: 43).

Devido a essa tendência concentradora, a atividade turística também se desenvolveu mais rapidamente nessas grandes cidades. A região Sudeste, conforme dados da Embratur, movimentou em 1980 cerca de 80% do mercado de viagens internas.

No tocante à gestão dessa política, na maioria das vezes as estruturas organizacionais responsáveis pelo seu gerenciamento se mostraram ineficazes na implementação dos programas urbanos, tornando-os inviáveis na medida em que o planejamento tecnológico então prevalecente não considerava a dinâmica social. Acrescentam-se a esse quadro a indefinição de competências nos níveis do governo, o conflito de interesses de classes e grupos de indivíduos e inclusive a pouca qualificação dos recursos humanos.

Reproduzem-se, na implementação dessas políticas, a influência do poder local e dos movimentos sociais, os interesses dos donos do capital e a ingerência dos tecnoburocratas que tentavam mascarar a ideologia dominante e a luta de classes, a fim de operacionalizar os planos.

O Plano de Turismo do Recôncavo no estado da Bahia era um plano integrado de turismo que envolvia hotéis, valorização do patrimônio histórico-cultural e implantação de

infra-estrutura, abrangendo três zonas bem diferenciadas (Salvador-Litoral NE, Itaparica e ilha de Tinharé), e que pretendia atingir o mercado nacional e internacional do turismo (Bahia, 1976). Conforme Silva (1991: 199), esse plano, elaborado a partir de convênio firmado entre o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (Conder) e o consórcio Clan/OTI em 1977, não foi implementado de forma integradora, mas norteou muitas ações como a valorização da orla marítima e a construção do Centro de Convenções. Ainda na Bahia foi formulado e implementado o já mencionado Plano Diretor da Bahia.

Posteriormente, outras capitais nordestinas envidaram esforços governamentais no sentido de abrir novas perspectivas econômicas para a cidade e também de atender a interesses setoriais negativamente afetados com a mudança do padrão de acumulação. Entre elas destacaram-se Maceió e Natal, esta última com um plano urbano-turístico denominado Parque das Dunas/Via Costeira (PDVC), objeto de quatro alterações até o momento. O PDVC não resultou de um processo de renovação urbana ou reestruturação de áreas já ocupadas com expulsão de seus habitantes para outras áreas mais distantes. Ao contrário, a área foi constituída para um fim específico — oferta de serviços turísticos através da agregação das novas áreas desabitadas.

Os reordenamentos do PDVC expressaram a cada momento histórico o sistema de alianças entre estado e capital. Cada governo estabelecia alinhamentos e clivagens de interesses, em cujo contexto se definiam os grupos privados beneficiários das concessões de terrenos, sendo sempre mantido o quadro de privilégios em favor dos representantes da construção civil. Essa trajetória faz do PDVC um projeto inacabado, sujeito a outras reformulações até que sua execução seja implementada de forma integral, ou seja, enquanto existirem espaços vazios ao longo da Via, o PDVC será alvo de interesses de grupos privados diversos.

Convém destacar, também, a recente proposta do governo da Paraíba de desenvolver experiência semelhante à de Natal com o Projeto Cabo Branco e a de Pernambuco e Alagoas, denominada Costa Dourada, além da Rota do Sol e Litoral Norte no Rio Grande do Norte, este último apenas elaborado, e da Linha Verde no litoral da Bahia.

As mudanças no sistema, especialmente o desvio de recursos para outros programas ou a concessão para projetos setoriais em todo o território nacional, inclusive para o turismo, revelaram a pouca prioridade atribuída pelo governo central à industrialização nordestina. Apesar disso, cabe registrar que, de 1960 a 1980, contrariamente a uma opinião generalizada, a economia nordestina saiu de uma situação de estagnação regional para atingir taxas de crescimento significativas (7,2% ao ano), acompanhando o crescimento global da economia brasileira (7,3%) (Carvalho, 1989).

Contudo, a expansão econômica da região não modificou o quadro social em termos de melhoria de condições de vida. Em 1980, na agricultura, em que trabalhavam 5% das pessoas ocupadas, 82% recebiam somente até um salário mínimo. Na indústria de transformação, estavam nessa situação 5% do total; na construção civil, 41%; 68% colocavam a população nordestina nos seguintes patamares: 25,5% percebiam até meio salário mínimo, 29,8% estavam na faixa de meio a um salário mínimo e 23,4% no limite de pobreza, de mais de um a dois salários mínimos, o que correspondia a 77,7% da população nordestina situada na faixa de até dois salários mínimos (Santos, 1985). Acrescentem-se cerca de 400 mil trabalhadores em desemprego aberto. Nesse mesmo ano a esperança de vida ao nascer no Nordeste era de 52 anos, mais de metade da população de mais de 10 anos era analfabeta, e a mortalidade infantil era quase 40% maior que a do Sudeste (Carvalho, 1989: 18). Conforme pesquisa do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), outros indicadores sócio-econômicos da região eram bem preocupantes. A região concen-

trava 45% das moradias subanormais do país, 63% da população tinham déficit calórico superior a 200 calorias/dia, 3,5 milhões das crianças nordestinas estavam afetadas por nanismo (deficiência no porte e na estatura física).

Como estratégia de sobrevivência da população urbana do Nordeste e convivendo com atividades urbanas modernas e com elas articuladas, desenvolveram-se muito nesse período as atividades "informais, em que predominam o subemprego e os baixos níveis de produtividade e de remuneração da população nelas engajadas. Essas atividades tiveram um papel na sobrevivência de uma parcela da população e ao mesmo tempo revelaram como o processo de industrialização foi excludente.

No início dos anos 80, a crise que afetou o país coincidiu com a grande seca e se alastrou pela região restringindo a oferta de empregos.

Por sua vez, as condições de vida nas grandes cidades se deterioraram, e o Rio de Janeiro, que era o portão de entrada do turismo brasileiro desde o início da década, foi afetado como pólo receptor de turistas.

Diante desse cenário, o Estado recriou novas condições para o capitalismo através da expansão de novos espaços e setores econômicos. Desse modo, a Embratur deslocou seus benefícios para a região Nordeste.

De acordo com dados do *Anuário estatístico* da Embratur, o Nordeste foi alvo da maior parte dos incentivos realizados em todo o Brasil nos anos de 1984, 1985 e 1986, representando 40,5%, 57,1% e 42,2%, respectivamente, do total dos incentivos fiscais e financeiros aplicados com os recursos do Fungetur.

Com a instauração da Nova República, vários ajustes foram sendo materializados para impulsionar mudanças propostas pelos mais diversos segmentos sociais. No setor de turismo, com a decretação do Plano Cruzado em 1986, duas medidas repercutiram favoravelmente: uma foi a instituição do depósito compulsório para viagens ao exterior, e a outra, já na vigência do Plano Cruzado, a concessão do livre exercício à exploração de atividades e serviços turísticos. A partir daí a região Nordeste passou a se constituir num mercado para a atividade turística, tendo como principal atração as praias e as suas paisagens.

Com o incremento do turismo, o Nordeste ganhou uma nova configuração, suas capitais adquiriram um novo "visual", exibindo uma imagem de modernidade. Não obstante essa imagem positiva e os empregos e a renda que o turismo gerou, o fenômeno não foi capaz de alterar o quadro social desalentador que os indicadores sociais apontam.

5. Conclusão

Gostaríamos de concluir este trabalho registrando o repúdio a um dos males mais perversos que o turismo tem acarretado nas capitais nordestinas, indistintamente gerando a prostituição infanto-juvenil, transformando meninas em mercadorias incluídas ou não em pacotes turísticos, fato esse denunciado na imprensa e pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assunto.

Enfim, o Estado desobstruiu caminhos para o turismo criando condições institucionais, infra-estruturais e financeiras, com o objetivo de consolidar um padrão de acumulação que compatibilizasse um projeto de desenvolvimento capitalista em escala nacional com os interesses locais de grupos privados nordestinos. O Estado conseguiu viabilizar seu projeto à custa de um elevado índice de pauperização da população nordestina.

No momento há interesses internacionais no litoral "exótico" do Nordeste. A história se repete no ciclo de expansão capitalista. Estando a estruturação do turismo na região já relativamente consolidada, eis que reordenamentos no mercado internacional de turismo indicam o Nordeste como região de interesse para os negócios turísticos externos e de "qualidade de vida" para as populações de países de capitalismo desenvolvido, a expensas das populações nativas.

A urgência de mudanças estruturais imediatas para o Nordeste e o desmascaramento desse processo é uma necessidade. Só assim poderiam ser atenuados os efeitos degradantes da exploração do turismo na região, não muito diferente dos que se observam em outras partes do mundo igualmente não desenvolvidas. Repensar o turismo é, pois, primordial em qualquer política ou ação destinada ao setor na região.

Referências bibliográficas

Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Conder. Plano de Turismo do Recôncavo*, 1976.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). *Contribuição para o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil.* Conferência realizada em Recife, jul., 1993.

Baroni, Margaret. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas — RAE.* São Paulo, FGV, *32*(2): 14-24, abr./jun. 1992.

Braga, Marília Bodstein. *Legislação turística.* Rio de Janeiro, 1988. mimeog.

Brasileiro, Ana Maria. Política urbana: quem decide? In: Pessoa, Alvaro (org.) *Direito do urbanismo: uma visão sociojurídica.* Rio de Janeiro, LTC, 1981.

Carvalho, Inaiá Maria M. *Nordeste: discutindo transformações recentes e novas questões.* Fortaleza, 1989. mimeog.

Carvalho, Isabel. Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil. *Revista de Administração Pública — RAP.* Rio de Janeiro, FGV, *25*(4): 4-11, out./dez. 1991.

Cavalcanti, Keila Brandão & Paiva, Maria das Graças Venâncio. Turismo urbano e intervenção do Estado. *RN Econômico*, Natal, n. 254, set.1993. *Turismo em Análise*, ECA/USP, *4*(1):46-55, 1993.

Ianni, Otávio. *Sociedade global.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

———. *O labirinto latino-americano.* Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

IBGE. *Indicadores sociais 1990.* PEA/Unicef, 1990.

Paiva, M. G. M. V. Possibilidades e riscos do turismo no Nordeste. *Revista de Administração Pública — RAP.* Rio de Janeiro, FGV, *23*(1): 64-70, jan. 1989.

Rabahy, Wilson. *Planejamento do turismo.* São Paulo, Loyola, 1990.

Santos, Wanderley Guilherme dos. O estado social da nação. *Dados*, Iuperj, *29*(3), 1985.

Schmidt, Benício V. & Farret, Ricardo. *A questão urbana.* Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

Silva, Jorge Antonio Santos. *O desempenho do turismo em Salvador na década de 80: a relevância da ação do Estado.* UFBa, 1991. (Dissertação de mestrado.)